

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os dados mais recentes em termos de grau de autoaprovisionamento relativos ao período 2020/2021 evidenciam a dependência alimentar do País, em especial no que respeita a cereais, com uma autossuficiência que não chega aos 20%, sendo o trigo aquele que apresenta valores mais preocupantes - grau de autoaprovisionamento de menos de 7 %, a que se segue a cevada com 16 % e o milho, com 23 %.

Estes dados trazem à evidência a situação vulnerável em que Portugal se encontra no que respeita à sua capacidade de assegurar alimento para a população.

No cenário atual que se atravessa, com a forte dependência dos mercados externos para nos alimentarmos, com o brutal aumento dos preços dos fatores de produção, onde assume papel de elevada relevância o custo dos combustíveis, o Governo, continua a não olhar para esta questão com a preocupação devida e a não apresentar as medidas necessárias para inverter a situação.

Nos últimos dias, o Governo anunciou que a reserva de cereais daria para um mês, e vem agora, uma vez mais anunciar, a duplicação da capacidade de produção de cereais, situação que está a tratar desde pelo menos 2017.

Não se pode esquecer que, entretanto, a atual situação de guerra dura já há mais de 3 meses; não se pode esquecer que outras dificuldades se podem vir a colocar ao nível das rotas comerciais, como aconteceu no passado recente com o impedimento da navegabilidade do canal do Suez, durante mais de três semanas; não se pode esquecer que o surgimento de fenómenos climáticos extremos e outros fatores naturais podem afetar, em maior ou menor grau, o transporte de bens entre diferentes regiões do globo. E face a estas adversidades o Governo fica satisfeito com a garantia de disponibilidade de alimentos essenciais, como é o caso dos cereais, por 30 dias.

O PCP, entendendo que este é um assunto de enorme preocupação, ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Agricultura e da Alimentação, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que infraestruturas, designadamente equipamentos provenientes da antiga EPAC, estão a ser utilizados para armazenar cereais. Que estruturas foram reativadas para garantir o reforço do armazenamento de cereais anunciado pelo Governo? Há infraestruturas de

armazenamento de cereais desativadas? Se sim, porque razão se mantém inativas perante o cenário atual e futuro previsto?

2. Tendo sido anunciado um valor global de armazenamento/reserva de cereais, qual a sua distribuição por espécie? Qual a previsão de aprovisionamento para cada um?
3. Que silos de armazenamento são geridos e estão à disposição do Estado, para garantir a existência de uma reserva estratégica de cereais? Que intervenientes privados estão envolvidos neste processo?
4. Quais os critérios que foram utilizados, ou quais os condicionantes foram considerados, para a definição dos volumes de armazenamento e aprovisionamento de cereais, nos termos em que foram anunciados pelo Governo?
5. Face aos acontecimentos recentes e do passado recente, nomeadamente considerando que esta fase da Guerra na Ucrânia dura há mais de 3 meses e que, por exemplo, o bloqueio do canal do Suez durou mais de 3 semanas, considera o Governo que, nestas condições, está garantida a segurança alimentar do País?

~

Palácio de São Bento, 8 de junho de 2022

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)